

CARLOS F. SANTOS CARVALHO
ADVOGADO

Circular: 28^a

MÊS 11/2015

Assunto: A "Ficha de Aptidão".
Um papel importante...

Pois: lá diz o art.º 107., da LEI N.º 102/2009, de 10 Setembro, que trata do regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho:

" A responsabilidade técnica da vigilância da saúde cabe ao médico do trabalho."

Mas, não ficamos por aqui: depois, o Senhor Médico tem de preencher papelada. Nesta, dois "papeis" são muito importantes. DEVEM ser preenchidos, sem falta. Quais sejam:

- a "Ficha Clínica", de que trata o art.º 109, da Lei n.º 102/2009, --- e que não trataremos aqui; e,
- a "FICHA DE APTIDÃO", a que se refere e regula o art.º 110, da mesma Lei n.º 102/2009,

Que vamos tratar, aqui, e porque houve novidades com esta FICHA.

Foi publicada a PORTARIA N.º 71/2015, de 10 Março, --- e que vai entrar em vigor a 10 Abril ---, que aprovou, e pulicou em Anexo, um novo

" ... modelo de ficha de aptidão para o trabalho (...)."

Ora, tenha em ATENÇÃO:

Começando pelo art.º 110, da Lei n.º 102/2009, impõe ("deve"), o n.º 1, deste artigo:

" 1 – Face ao resultado do exame de admissão, periódico ou ocasional, o médico do trabalho deve, imediatamente na sequência do exame realizado, **preencher uma ficha de aptidão** e remeter uma cópia ao responsável dos recursos humanos da empresa."

e, afora outras indicações úteis neste art.º 110, lembramos o n.º 4:

" 4 – A ficha de aptidão deve **ser dada a conhecer ao trabalhador**, devendo conter a assinatura com a aposição da data do conhecimento."

IMPORTANTE: o não cumprimento do n.º 1 e do n.º 4, deste artigo 110, diz o n.º 7:

CARLOS F. SANTOS CARVALHO
ADVOGADO

" 7 – Constitui contra-ordenação grave (...)."

e, convém lembrar: contra-ordenação grave representa "coimas" de milhares de Euros, normalmente. Se tem dúvidas, consulte o n.º 3, art.º 554, Código Trabalho.

Acontece que, nos termos do n.º 6, desse art.º 110, da Lei n.º 102/2009, o modelo da "Ficha de Aptidão",

" 6 – (...) é fixado por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas laboral e de saúde."

Foi o que eles vieram fazer, agra, com a Portaria n.º 71/2015: em Anexo, lá vem o novo modelo da "Ficha". Repare: na própria Ficha, no fim, vem em letras miúdas:

" Cópia da presente Ficha de Aptidão para o trabalho deve ser enviada ou dada em mão ao respectivo trabalhador e remetida ao Responsável do Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho e ao Responsável pelos Recursos Humanos da empresa/entidade empregadora."

A obrigação de "apresentar" a Ficha ao trabalhador e aos Recursos Humanos, resulta do n.º 4 e n.º 1, respectivamente, do art.º 110, como vimos atrás. No que respeita ao Responsável do Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho, resulta tal obrigação da al. g), n.º 1, art.º 73, da mesma Lei n.º 102/2009.

Por fim,

Referimos ainda que PORTARIA N.º 112/2014, de 23 Maio, a qual trata e regula,

" (...) a prestação de cuidados de saúde primário do trabalho através dos Agrupamentos de centros de saúde (ACES) visando assegurar a promoção e vigilância da saúde a grupos de trabalhadores específicos (...)."

Lembrando que estes serão os trabalhadores independentes; e, os das microempresas; e, outros, --- veja o n.º 1, art.º 76, da Lei n.º 102/2009.

A prestação de cuidados de saúde primários do trabalhador pelo ACES, tem como uma das **obrigações**, segundo o n.º 3, do art.º 8, desta Portaria n.º 112/2014,

" 3 – Em resultado do exame de saúde ao trabalhador (...), o médico preenche a ficha de aptidão para o trabalho (...)."

Salvo melhor opinião, que será sempre a do Sr. Industrial, --- e não vemos qual possa ser... ---, a presente-Circular deve ser dada a conhecer aos Recursos Humanos; e, ao Senhor Médico do Trabalho.

